

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.728.164 - CE (2018/0051580-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE** : SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO  
CEARA  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CLETO GOMES - CE005864  
ANDRÉ SALGUEIRO MELO E OUTRO(S) - CE023147  
**AGRAVADO** : MUNICIPIO DE FORTALEZA  
**PROCURADOR** : RODRIGO GUILHERME RAMALHO E OUTRO(S) -  
CE014745

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPTU. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE VINCULADA À INTERPRETAÇÃO E À UNIFORMIZAÇÃO DO DIREITO INFRACONSTITUCIONAL FEDERAL. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 149, VIII E PARÁGRAFO ÚNICO, E DO ART. 156, I, AMBOS DO CTN. LEI. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA NECESSÁRIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

I - Na origem, trata-se de ação ordinária com pedido de tutela antecipada ajuizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará em desfavor do Município de Fortaleza, visando declarar a ilegalidade da revisão de lançamento de IPTU, cujo respectivo recolhimento já tenha sido efetuado. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi reformada.

II - Quanto ao incidente de inconstitucionalidade suscitado, ressalte-se que a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

III - Não cabe a esta Corte Superior o exame inaugural, no âmbito estreito do recurso especial, de suposta violação dos preceitos e dispositivos constitucionais, sequer para o fim de prequestionamento, cuja exegese compete, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal. Nesse sentido, são os precedentes: AgInt no REsp n. 1.604.506/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe de 8/3/2017; e EDcl no AgInt no REsp n. 1.611.355/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 14/2/2017, DJe de 24/2/2017.

IV - No tocante às apontadas violações do art. 149, VIII

e parágrafo único, e do art. 156, I, ambos do CTN, é imperioso destacar que o Tribunal de origem, para decidir a controvérsia trazida aos autos, promoveu a interpretação e a aplicação extensivas da legislação local, no caso em tela, da Lei Municipal n. 4.144/1972 (Código Tributário do Município de Fortaleza).

V - O conhecimento do pleito recursal exigiria a análise da Lei Municipal n. 4.144/1972 (Código Tributário do Município de Fortaleza); conduta inviável em recurso especial, que não se presta à uniformização, tampouco à interpretação de normas locais. Aplica-se à hipótese, por analogia, o óbice da Súmula n. 280/STF. Nesse diapasão, confirmam-se: AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017; AgInt no AREsp n. 1.164.163/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, Julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017).

VI - Em relação ao alegado dissídio jurisprudencial, observa-se que, conforme a previsão do art. 255, § 1º, do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identificam os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, através da indicação das similitudes fática e jurídica existentes entre os julgados, bem como do apontamento do dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários à aludida demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se, por analogia, o óbice constante da Súmula n. 284/STF.

VII - Afere-se do recurso especial interposto que os julgados confrontados pelo recorrente não possuem as similitudes fática e jurídica necessárias para identificá-los. Isso porque o acórdão paradigma trata da alteração da classificação do imóvel, realizada de ofício pelo Fisco, assentando que a mesma não enseja a revisão do lançamento tributário (IPTU) previamente efetuado. O acórdão recorrido, por sua vez, cuida da possibilidade de realização de lançamento complementar, na forma da legislação municipal, cujo fato gerador compreende a concessão de habite-se ou a ocupação da construção erguida no imóvel tributado, o que não tem o condão de alterar a classificação do imóvel, para fins tributários, mantendo incólumes os critérios jurídicos afetos à tributação. Nesse sentido, confirmam-se: REsp n. 1.666.682/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 6/6/2017, DJe 19/6/2017).

VIII - Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

